

## Associação Nacional de História – ANPUH

### XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

#### O indivíduo e o Estado familiar: Coulanges e a história das instituições na França

Janio Gustavo Barbosa\*

**Resumo:** No século XIX Estado e Nação foram temas recorrentes na historiografia europeia. Os historiadores em países de recente formação nacional, como a França, esforçaram-se em definir as origens da Nação. Parte destes esforços concluíam que a união e a criação do sentido imanente do sujeito para com a idéia nacional somente era possível pela criação da instituição republicana. Com base nisto, visamos entender como as pesquisas centradas na questão nacional levaram em conta formações históricas específicas para a justificativa institucional de tal século. Objetiva-se evidenciar, a partir da obra de Fustel de Coulanges, sob quais bases institucionais o espaço nacional foi constituído; bem como entender de que forma a concepção do Estado nacional atravessou a definição de nação, família, território, leis, religião, etc.

**Palavras-chave:** Instituição – Nação – Família

**Abstract:** In the century XIX, State and Nation were recurring themes in the european historiography. The historians in countries of recent national formation, like France, made an effort in define the origins of the Nation. Part of these efforts concluded that the union and the creation of the immanent sense of the subject for with the national idea only was possible by the creation of the republican institution. With base in this, we aim understand as the researches centered in the national matter carried in counts specific historical formations for the institutional excuse of such a century. It objectifies to evidence, from Fustel de Coulanges' Work, under which ones institutional bases the national space was constituted; as well as to be an expert in that form State's national conception crossed the nation definition, family, territory, laws, religion, etc.

**Words-key:** Institution - Nation - Family

Esse texto visa entender os debates acerca da nação e da formação da identidade nacional no Oitocentos, a partir dos escritos do historiador francês Numa Denis Fustel de Coulanges (1830 – 1889). De reconhecida importância institucional Coulanges foi considerado durante muito tempo como símbolo, epíteto da história nacional do Oitocentos, aquele preocupado com a construção de uma identidade da França pós-Revolução Francesa, “inquiridor” dos antigos para a formação do seu presente.

Coulanges remeteu à cultura clássica as responsabilidades dos sentidos e dos sentimentos do povo francês de sua época. Recuou a concepção de nação para antes da Idade

---

\* Mestrando em história e espaços pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com ênfase em teoria da história, sob orientação da Professora Dra. Maria Emília Monteiro Porto.

Média e das Invasões “Bárbaras” e tomou como modelo o seu presente, confuso, complexo e ainda nebuloso para responder as suas questões.

Com isso visamos incitar a discussão sobre a formação institucional do sujeito. Com a constante iminência da perda dos sentimentos e identidades nacionais e dos crescentes conflitos fragmentários que ocorrem na atualidade, a História provoca-nos a tentar entender o porquê dessa fragilidade crescente, nos ensinando novas táticas para lidarmos com isso.

Em 1864 era lançada a obra “*La Cite Antique Etude sur Le Culte, Le Droit, Les institutions de la Grece et de Rome*”<sup>1</sup> de autoria de Numa Denis Fustel de Coulanges. Recém chegado a Estrasburgo e freqüentemente debilitado devido a sua fraca saúde, Coulanges assistiu o sucesso do seu livro, considerado como uma obra de método único e com uma abordagem de perspectiva inovadora.

No seu livro percebemos uma grande ênfase no papel do Estado e a negação das liberdades individuais foi a marca central de sua obra. O papel das individualidades não existe na obra porque Fustel trabalha visando a abordagem, basicamente, de duas categorias: a primeira da definição do cidadão e da cidadania e a segunda do processo de constituição da nação francesa moderna com base na cultura clássica.

O que é mais peculiar na obra de Fustel é o tipo de abordagem que realiza, priorizando o caráter cultural de definição dos povos antigos, nesse caso, essencialmente os romanos, os gregos e os indianos.

Coulanges pretende interrogar ou, ao menos, problematizar o pensamento liberal moderno, a partir do conceito de liberdade, fornecido no seu trabalho tanto pela Antiguidade quanto pela Modernidade. Além disso, ele desloca essa questão da liberdade e da cidadania do campo político para o campo religioso, sustentando a idéia de que “deve-se, na verdade, retroceder até a primeira família e ao seu culto dos mortos para entender que a cidade, que é a sua herdeira distante, continua essencialmente religiosa”. (HARTOG, 2003: 19.)

“A Cidade Antiga” é dividida em cinco livros, sendo o primeiro dedicado às crenças antigas, o segundo à família, o terceiro à cidade, o quarto às revoluções e o quinto ao desaparecimento do regime municipal. Essa organização obedece à cronologia dos fatos que estabelece, embora não faça isso usando datas ou marcos históricos, mas, entendimentos lógicos dos fatos históricos, conforme afirma brevemente:

[...] Não pudemos apresentar qualquer data, e assim continuaremos. Na História das sociedades antigas as épocas são mais bem definidas pelo encadeamento das idéias e das instituições que pela sucessão dos anos. (COULANGES, 2005:127.)

---

<sup>1</sup> “A cidade Antiga: estudo sobre a cultura, o direito as instituições da Grécia e de Roma”.

Embora essas características já registrem uma particularidade no trabalho de Fustel de Coulanges, do ponto de vista também historiográfico sua obra apresentava novas proposições: a primeira delas era a não preocupação explícita pelos acontecimentos decorrentes da Revolução Francesa; a segunda dava-se pela defesa da latinização do povo francês, ou seja, o seu trabalho salientava a importância muito maior de Roma para a formação do povo do que os românticos, por exemplo, haviam dado, haja vista que sustentavam as teses germânicas acerca das origens identitárias dos franceses.

Apesar das singularidades, a sua escrita foi estabelecida em nome da história nacional. Sua obra ajuda a erguer a bandeira estendida pela geração liberal que atuava desde 1820 na literatura francesa e que defendia a reforma histórica em nome da nação. Coulanges tratava a nação como uma arma política, um “esquema cognitivo e um programa histórico” (HARTOG, 2003: 23 – 24.), onde os sujeitos somente tinham papéis auxiliares e/ou coadjuvantes.

A nação e a cidadania foram signos de representação do povo francês ao longo da História. A cidadania viria pela associação dos indivíduos através da prole e a nação por sua vez formar-se-ia pela união das famílias. Atrelar uma ligação entre a família, a cidade e a nação foi uma estratégia utilizada por Coulanges para individualizar a nação, ou seja, ao se analisar o processo de formação desta o ente primeiro seria o sujeito, sujeito esse que um dia compartilhou de suas crenças, ritos e tradições passando assim, a formar uma grande família de identidade única e de caráter nacional.

Desta maneira, apesar de intitular a sua obra de Cidade Antiga, no singular, e tratar de três modelos antigos de cidades, Coulanges volta as suas atenções para os padrões romanos de organização. A família romana destacaria uma série de sentidos para a França Moderna, dentre eles, a República, as instituições, as liberdades e a religião.

Não é à toa que Fustel destacou esses elementos na Antiguidade. Na década de 1860, muitas reformas são estabelecidas na França e dentre elas, as reformas nas cidades são as mais marcantes. As cidades passam por um processo de monumentalização, de recriação, de deslocamentos, de reestruturações, com inspirações clássicas, basicamente romana, no intuito dela mesma ser considerada uma instituição, ligada à nação e a um povo. A cidade francesa deveria manter uma série de características, dentre elas a de uma cidade moderna e identitária, quase ôntica, em que o povo francês facilmente se reconhecesse. Para isso era preciso institucionalizá-la não somente com reformas, mas através da religião, das liberdades e da cidadania.

Coulanges tomou como o centro da discussão o seu presente para, a partir daí, construir a Cidade Antiga. No século XIX, ainda na década de 1860, entender o processo de formação da Revolução e suas conseqüências era uma constante. Mesmo que essa década tenha estado sob o controle do Segundo Império, analisar a Revolução era entender o potencial democrático da nação francesa e o quanto esse potencial estava arraigado em sua História. Talvez por isso que ao passar pelas crenças, a família e a cidade Coulanges tenha destacado o valoroso papel das revoluções na formação da Cidade Antiga, bem como, tenha estabelecido o cuidado que se deveria ter, e as reflexões necessariamente envolvidas nesse processo.

Para Coulanges, as revoluções davam o sinal da formação cidadã de um povo, demonstrava o quanto essa grande família poderia se mobilizar-se para questionar a tirania e individualidade de certos grupos no poder. As Revoluções evidenciariam o vínculo social estabelecido entre os indivíduos, uma ação que geraria novas continuidades, que impunham novas reflexões e, sobretudo, possibilitava a fundação de novas instituições.

O que deveria permanecer imutável seria o desejo venturoso de constituir uma nação. Esta estaria para o sujeito como a alma está para o corpo e coletivamente entendida ela formaria o espírito francês. As revoluções serviriam para “realizar a nação” (HARTOG, 2003: 27), concretizá-la, reordenar e/ou recriar instituições que, ao mesmo tempo, em que a ratificasse no Estado francês produzisse sentimento de identificação nacional entre os sujeitos.

O seu trabalho, não somente com este livro, mas com as demais obras que lançou durante sua vida, seria o de ordenar o seu entendimento e ajudar a evidenciar o quanto é brumoso o surgimento da nação e não como o processo originário de constituição da França deu-se.

Quando tentou perceber essa ocorrência na Antiguidade, Coulanges não subverteu a história a preexistência de um mito nacional como a maioria de seus colegas catedráticos durante muito tempo fizeram. Sentimento à Pátria era tido por Coulanges como um sentido não comum aos Antigos. O exemplo disso era a verificação da quantidade de guerras ocorridas no período clássico em que a maior motivação para realizá-las era a luta entre os ricos e os pobres na intenção de prevalecer sobre o outro. Da mesma maneira comportavam-se as diferenças postas entre esses povos em sua sociedade. A composição dos exércitos o cotidiano social, o culto aos mortos, a religião individual, tudo, segundo Coulanges, na Antiguidade, pressupunha uma divisão. Para ele, não existiu, durante muito tempo, um sentimento que unisse essas diferenças e possibilitasse o compartilhamento de certos sentidos capazes de unir tanto politicamente quanto geograficamente os povos.

A união, e a criação do sentido imanente do sujeito para com a idéia nacional foi possível e lapidada pela instituição da República. As guerras e as sucessivas revoluções observadas na Antiguidade geraram um regime de experiência, exame e sapiência capaz de fazer com que as diferenças historicamente reiteradas cedessem lugar ao compartilhamento ou como afirma em sua versão na língua francesa, ao *partanger*, capaz de colher nos mais diversos segmentos da sociedade Antiga valores, costumes e tradições comuns aos indivíduos.

A verificação histórica desta mudança, para Coulanges, somente poderia ser percebida se observássemos as instituições. Nelas, teríamos o conagraçamento e a união do que era comum aos povos. Fortes, concretas e universais, as instituições somente se prevaleciam porque o regime republicano desenvolveu-se de modo a torná-la como tal, e mesmo que, em um primeiro momento, de tirania, divisão e desorganização tenha valido somente para determinadas partes da sociedade, a faculdade de união e representação total somente foi possível porque os povos instituíram-nas comumente.

As legiões, os senados, o estreitamento entre o patriciado e a plebe, enfim, o término do regime de municipalidade que segregava mais do que unia era o exemplo histórico de como a consciência coletiva instituíra a agregação social. A família era, portanto, a instituição básica e comum capaz de arregimentar as diferenças, propor novas tradições e unir os povos. Seu caráter era eminentemente republicano, ou seja, coletivo, naturalmente social. Assim como a família formava-se pelo interesse geral dos sujeitos, o Estado constituía-se pelo interesse geral dos cidadãos.

A cidade seria a condição de adjacência das famílias, um contrato social entre os sujeitos e o lugar que se estabeleciam o espaço que construía e o território que instituíam. Esse organismo público tinha nos sujeitos, mais do que meros indivíduos, cidadãos que criavam não somente o lugar físico da cidade, mas também o lugar abstrato do sentimento de pertencer à cidade.

No seu livro, Coulanges apenas cita duas ou três vezes a França a título de comparação sempre quando se refere às instituições Antigas em confronto com às Modernas. Que ligação, portanto, poderíamos estabelecer entre a sua obra e os movimentos políticos de sua época? Ou como a discussão sobre o nacionalismo pode ser percebida na sua obra?

Essa imagem do passado desenhada por Coulanges tem uma singularidade específica com a concepção e participação que tem com o seu presente. Primeiro a ausência de uma discussão política em sua obra não ocorre por acaso. De 1789 até 1864, ano em que

escreve o livro, a França passara por, pelo menos, três grandes conflitos políticos<sup>2</sup> com a sucessão de regimes políticos díspares, de complexas organizações e associações. Começou a escrever seu livro – fruto de uma série de aulas inaugurais –, pelo menos, 15 anos antes de sua publicação e, portanto, o concebeu sob a égide do Segundo Império, Império esse associativo entre a realeza e a burguesia que promoveu um governo aos moldes do Antigo Regime. Politicamente, a França não apresentava uma divisão ideológica clara que demonstrasse uma maturidade histórica para ser trabalhada, ela se dava fruto do convencimento, do momento político, daqueles que detinham o poder. Apresentava-se por demais tênue ao ponto de justificar a base histórica da formação dos povos. Segundo, o destaque que concedeu à religião foi o anseio de perceber o processo de destituição do Estado e da crença religiosa, esta última, que durante boa parte da História da França deteve, também, o poder político. Para Coulanges, a vitória do Cristianismo marcou “o fim da sociedade antiga” (HARTOG, 2003: 47.), muito em razão de ter substituído uma religião “extenuada, exterior e vazia”. (HARTOG, 2003: 47.) O Cristianismo trouxe o reconhecimento da libertação do sujeito, que deixou de ser um ente familiar e passou a ser um indivíduo. Esse novo momento nada tem haver com aquele indivíduo anteriores as associações familiares. Neste novo instante o sujeito foi capaz de se dissociar da família pelo apelo religioso e se associar a ela pela filiação natural. Embora tenha sido importante, o Cristianismo perdeu o seu estatuto da pluralidade dos indivíduos quando a Cidade foi concebida.

A cidade foi o terceiro ponto das associações entre o presente de Coulanges e sua obra. A cidade foi justamente a destituição da religião e do Estado. Se antes os sujeitos tinham propriedades com conexões religiosas, o Estado laicizou o território e propôs um novo reconhecimento da autonomia do indivíduo, agora não mais ligado à religião, mas ao Estado. O século XIX assistiu justamente à formação de centros urbanos em que a religião perdeu sua singularidade. A função das urbes modernas – conforme dito anteriormente – era o de monumentalizar um passado bravo, épico e humano aos seus contornos, não necessariamente, divinos. A religião, não se sobrepunha à militarização, à politização e às tradições criadas para a referência ao Estado. Não foi por acaso que quando as reformas urbanas foram pensadas na França, elas foram criadas na perspectiva não somente de dar funcionalidade a cidade, mas de a todo o momento fazer os indivíduos recordarem como os seus centros urbanos foram formados, que atores históricos tornaram possível tal empreendimento.

---

<sup>2</sup> Destacamos cronologicamente, para efeito de síntese: 1792 a instauração da República francesa pós-revolucionária; 1804 o primeiro Império sob o domínio de Napoleão I; 1814 a volta ao poder dos Bourbons e da Aristocracia do Antigo Regime; 1830 a subida de Luís Filipe e de uma realeza burguesa ao poder; 1848 a Segunda República e finalmente 1852 a proclamação do segundo Império.

Já a discussão sobre o nacionalismo, Coulanges a fez de maneira específica. Ele tinha o entendimento de que o Estado-nação consolidado, no caso da França, somente emergiu naquele momento entre os séculos XVIII e XIX. O que não queria dizer, no entanto, que não existisse a partir de outras relações. Para isso, portanto, levanta o debate sobre as instituições. Ora, se a República foi uma instituição que vinha desde os Antigos, porque não tentar perceber as demais relações que pudessem transparecer a formação do Estado? O que Coulanges quer descobrir com os antigos são “instituições esmeradas, uma combinação perfeita de liberdade com autoridade, enfim todas as formas embrionárias de governo representativo”.(HARTOG, 2003: 50.) Isso é possível, segundo Coulanges, porque “a unidade nacional representa o único elemento de concordância jamais questionado quer pelas lutas entre facções, quer pelas guerras civis”.(HARTOG, 2003: 47.)

Portanto, entender a via de possibilidade de construção da nação francesa era possível pela história. Coulanges, então estabelece como meta “estudar as repúblicas dos tempos antigos concebidas como totalmente livres e adornadas com virtudes imaginárias”. (HARTOG, 2003: 50.) Essas virtudes imaginárias não foram esfaceladas pelos homens que ajudaram a construir a França nacional, pelo contrário, a França, que absorveu o legado romano da disciplina e da organização e o legado germânico da liberdade e o respeito pelos direitos individuais foi uma excepcionalidade e aí estava o segredo de sua coerência. Coulanges certa vez publicou:

[...] convém não esquecer o ânimo de salientar a originalidade da França: mais cedo e mais do que as outras “raças”, ela tornou-se uma nação, enquanto a geografia, a diversidade de suas “raças”, suas lutas, tudo contribuía para o seu esfacelamento...  
[...] Mais do que qualquer outra, mais do que a Itália e a Alemanha ela parecia fadada a dividir-se. (HARTOG, 2003: 47.)

O fato é que não se dividiu ou tentou ao máximo não dividir-se. Sua História política e social não caminhava no mesmo compasso que o desejo e as tradições herdadas dos Antigos. A nação, existente, lapidada pela criação das instituições antigas e referendadas pela formação das famílias antigas, ofereceram à França a oportunidade de ser una e pré-existente. Os fatos de sua história somente ofereceram oportunidades de ratificação e fortificação do sentimento nacional e da consciência da descendência, do lugar que provinha o povo francês: da junção do romano e do germano, única e específica.

Desta maneira, podemos perceber que o anseio pela nacionalidade e pela visualização da nação tomou diferentes conotações em um mesmo período. Se hoje interrogar

sobre a nação traz-nos transtornos e incertezas, talvez seja pelo fato de não conceber esse tema como plural.

O que vimos foi a formação de uma versão de um Estado europeu. O anseio de localização da nação em Coulanges serve de exemplo das várias possibilidades associativas que podemos fazer desta questão, sendo, o século XIX a nossa grande referência para o apaziguamento de nossas inquietudes.

Perceber nas notícias dos jornais o questionamento do que somos, necessariamente levar-nos-á ao questionamento do que compartilhamos, do que nos une. Na contemporaneidade a solidão e a individualização não é possível de ser estabelecida, mas ao mesmo tempo observamos um movimento de ratificação coletiva muito próximo do Oitocentos. Criamos nossos mitos Modernos para nos separar da tradição e usamos a história para ratificar esse desejo. Diante disso, alguma semelhança com o século XIX? Sim, o século XIX inventou tradições, criou os seus mitos nacionais e modelou identidades regionais. Sofremos hoje uma crise destes estabelecimentos e talvez por isso seja importante aprender como foi possível mitificar a nação ou melhor como foi possível mitificarmos-nos.

## Referências

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**: reflections on the Origin and Spread of Nationalism. Revised Edition ed. London and New York: Verso, 1991.

BALDO, Luiza Maria Lentz. A identidade nacional: matizes românticos no projeto modernista. **Boitatá Revista do Gt de Literatura Oral e Popular da Anpoll**, Londrina: UEL, v. 01, n. 01, p. 01-12, 2006.

Disponível em:

< <http://www.uel.br/revistas/boitata/volume-1-2006/Artigo%20Luiza%20Baldo.pdf> >. Acesso em: 25 jan. 2007.

CHRISTIANSEN, Rupert. **Paris Babilônia**: a capital francesa nos tempos da Comuna. Rio de Janeiro: Record, 1998.

COULANGES, Numa Denys Fustel de. **A cidade antiga**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DOSSE, François. **A história à prova do tempo**: da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: UNESP, 2001.

FURET, François. **A oficina da História**. Lisboa: Gradiva, s/d.

GEARY, Patrick J. **O mito das nações**: a invenção do nacionalismo. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARTOG, François. **O século XIX e a história**: o caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

HOBSBAWN, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWN, Eric J.; RANGER, Terence. **A Invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

PORTO, Maria Emília Monteiro. **Visões da fronteira tropical**: o Reformismo Ibérico em perspectiva comparada: o processo de construção da fronteira amazônica, 1750 – 1830. Tese (Pós-doutorado) - Universidade de Salamanca, Salamanca, 2006.